

A 'guerra' que libra o governo local compostelano contra o exercício da liberdade de expressom em todo o termo municipal nom tem couto. O militante da AMI P. M. P. vem de ser condenado polo magistrado juiz local Francisco Javier Miguez Poza a um arresto no seu próprio domicilio durante 48 horas pola realização de pintadas exigindo a liberdade dum companheiro detido numha mobilizaçom contra o sinistro do Prestige em Dezembro de 2002. P. M. P era retido e identificado por agentes da Polícia local em 1 de Dezembro de 2002. O jovem independentista difundia nesse momento a notícia da detençom de R. L. Q., capturado por efectivos da Polícia espanhola nos enfrentamentos havidos entre esta e manifestantes que exigiam responsabilidades polo sinistro do Prestige. Após um longo processo judicial, P. M. P. é condenado por Míguez Poza a permanecer no seu domicilio particular durante 48 horas, recebendo esporádicas visitas dumha patrulha que comprovará a sua permanência na morada durante o tempo da sançom. Dá-se a casualidade de que nom é o primeiro militante da AMI condenado polo citado magistrado juiz. Míguez Poza conta no seu haver, e no deve do independentismo galego, com o envio a prisom de militantes por exercer a liberdade de expressom, a imposiçom de vários arrestos domiciliários e sancionamentos de vários miles de euros por este mesmo motivo. Bem ligado com as cúpulas policiais e os profissionais da política municipal, Poza destaca pola sua patologia anti-nacionalista e, inclusivamente, anti-galega, perfilando-se como um dos juízes da capital do País mais beligerantes contra os direitos lingüísticos das pessoas galego-falantes e chegando a ser denunciado por colectivos reintegracionistas. Apesar do perfil pessoal apontado, a sua fobia contra a mocidade independentista e a explícita beligerância contra o MLNG, este juiz esperpéntico joga hoje um papel central no processo judicial aberto contra a AMI trás a 'Operación Castiñeira'. O jovem sentenciado a localização permanente por Poza é, de facto, um dos detidos no ataque repressivo iniciado contra a AMI o pasado 14 de Novembro.